

Distribuidoras devem evitar caos em postes de energia

Organizar confusão de fios e cabos, que gera riscos à população e prejudica qualidade dos serviços, é responsabilidade das concessionárias. Caso não cumpram a tarefa, empresas podem ser denunciadas à agência reguladora e sofrer punições.

Página 4



O DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

APROVADA PELA COMISSÃO de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado no dia 25 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 90/211 pode trazer um avanço à discussão que se trava hoje em todo o País relativa ao transporte público. Consolidada a mudança (o que ainda depende de avaliação por comissão especial e depois votação em plenário), o serviço, claramente essencial, passaria a ser um direito fundamental, incluído no rol daqueles listados no artigo 6º da Carta Magna, que já contempla a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Já históricos objetos de debate, a precariedade e a insuficiência dos transportes públicos, além do seu alto custo ao trabalhador brasileiro, finalmente ganharam visibilidade com as manifestações realizadas em inúmeras cidades. Conclamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), essas tinham o objetivo de reverter reajustes tarifários considerados exorbitantes, mas colocaram em pauta também a urgência em se buscar soluções para esse setor que tem enorme impacto no cotidiano das pessoas e em sua qualidade de vida, e ainda no desenvolvimento econômico. Parece, portanto, bastante razoável que, para começar a mudar a situação, os meios necessários para se ter acesso ao trabalho, à escola, ao lazer etc. passem a ser considerados um direito. A partir dessa nova visão, devem ficar mais claras as obrigações do Estado de prover transporte público de qualidade a todos os cidadãos, buscando inclusive os meios para assegurar modicidade tarifária e, quiçá, a gratuidade reivindicada pelo clamor das ruas. O tema não pode mais ser adiado e deve ser encarado como tarefa urgente por gestores e legisladores.



Pauta constante dos debates realizados pelo SEESP, o transporte e a mobilidade urbana estão presentes ainda no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e na campanha “Brasil Inteligente”, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU). Essa última propõe as seguintes metas: até 2014, fazer com que a lei da mobilidade urbana efetivamente seja implantada em todas as cidades, assim como o Estatuto da Cidade; até 2018, iniciar um democrático projeto de reforma urbana

nas metrópoles e grandes cidades do País; e até 2022, ter implantado transporte público em todas as cidades do País, nos padrões mais elevados do mundo. Tais objetivos podem hoje parecer distantes da nossa realidade, mas são não só plenamente exequíveis, como fortemente necessários. A população, como deve passar a ser reconhecido pela Constituição, tem o direito fundamental de trafegar pelas cidades com dignidade, segurança, conforto e agilidade. É tempo de compreender a justeza dessa reivindicação e buscar as soluções para atendê-la.

Já históricos objetos de debate, a precariedade e a insuficiência do setor, além do alto custo ao trabalhador brasileiro, finalmente ganharam visibilidade com as manifestações realizadas em inúmeras cidades.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fitolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de julho de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



É mesmo vantagem adquirir imóvel na planta?

Nelson de A. Noronha Gustavo Jr.

UM ASSUNTO EM VOGA nos dias atuais são os abusos cometidos pelas construtoras e incorporadoras quando o consumidor adquire um imóvel na planta. Atraídos pelo sonho da casa própria, aliado a suposta facilidade oferecida pelo mercado, muitos consumidores acabam fechando negócios com essas empresas, submetendo-se a todo tipo de exigência feita por essas na ocasião da assinatura do contrato.

No entanto, ao passar do tempo, o sonho acaba se tornando um enorme pesadelo. O primeiro desrespeito ao consumidor que puxa a fila das reclamações são os atrasos na entrega do imóvel, que por vezes chegam a anos após a data estabelecida. E o pior, ainda cobram o famoso Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) no período de obras atrasadas, o que é notoriamente vedado pelo Código de Defesa do Consumidor. Sem falar nas taxas e no valor de corretagem, que é cobrado de maneira irregular no momento da assinatura do contrato.

Tem-se multiplicado o número de ações judiciais com pedido de danos morais contra as construtoras e incorporadoras, além de indenização pelos danos materiais como dispêndio com alugueis e prejuízos atinentes à demora.

Tribunais de todo o País vêm confirmando as condenações e indenizações baseadas

São frequentes os desrespeitos ao direito do consumidor, que sofre principalmente com atrasos na entrega do bem.

nos prejuízos financeiros experimentados pelo adquirente, desde que comprovem despesas diretamente relacionadas com o atraso no prazo de entrega do imóvel. O pagamento de alugueis, por exemplo, é o mais corriqueiro.

Também há inúmeras ações judiciais através das quais se pede a rescisão do contrato de compra e venda por culpa exclusiva da construtora pelo atraso. Já há entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que as construtoras ou incorporadoras devem devolver o valor integral das parcelas pagas, devidamente corrigidas. Acresce-se a isso a indenização por danos morais.

Já não são aceitos os argumentos de que o atraso decorre da dificuldade na obtenção dos alvarás e demais documentos, pois tais entraves deveriam ter sido previstos. Ou seja, cabe às duas partes, consumidor e construtoras e incorporadoras, o fiel cumprimento do contrato, sob as penas da lei.

Nelson de A. Noronha Gustavo Jr. é advogado especialista em Direito Imobiliário e sócio do escritório de advocacia Noronha Gustavo Advogados (www.noronhagustavo.adv.br)



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



EMARANHADO PERIGOSO E FATAL

Rosângela Ribeiro Gil

DURANTE O MÊS DE JUNHO ÚLTIMO, no intervalo de 15 dias, duas pessoas morreram depois de sofrerem descarga elétrica na cidade do Recife (PE). Tais tragédias, aponta o engenheiro eletricitista e diretor do SEESP, Carlos Augusto Kirchner, demonstram os riscos frequentes aos quais está exposta a população devido a postes de iluminação superlotados de fios e cabos, alguns caídos ou frouxos. Além disso, também lembra ele, tal negligência causa problemas técnicos na prestação dos serviços.

Devido à situação, que já se tornou comum nas cidades brasileiras, em março último, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) já havia questionado a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre a responsabilidade por garantir a organização essencial nesses casos. Segundo o órgão, a manutenção imprescindível para que se tenha segurança é tarefa exclusiva do “dono” da infraestrutura, no caso as concessionárias de energia elétrica. “Só tem um responsável por toda

essa bagunça, a empresa que explora o serviço”, endossa o dirigente do sindicato.

Como explica Kirchner, as concessionárias alugam a infraestrutura como uma forma de faturar com serviços acessórios, já que podem exercer outras atividades empresariais. No entanto, isso não as isenta do dever de conectar todos os cabos, assim como de fazer a manutenção, de acordo com as normas técnicas brasileiras, inclusive as do setor de telefonia. O assessor da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE) da Aneel, Hugo Lamin, confirma que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou a NBR 15.688 que “padroniza as estruturas para redes de distribuição aérea com condutores nus de sistemas monofásicos e trifásicos de baixa e média tensão até 36,2 kV”. Um dos aspectos tratados nessa regra é a organização e o espaçamento necessários para disposição dos cabos de energia e de telecomunicações, encontrados em postes de energia elétrica para cumprir critérios de segurança e ordenamento.

Denúncia e fiscalização

Uma medida possível contra esse emaranhado perigoso que toma conta do cenário urbano brasileiro é levar a reclamação à empresa responsável e, não havendo solução, à Aneel. Isso porque o problema é pertinente ao escopo de fiscalização da agência, tendo em vista que pode ser um fator deteriorador da quali-

Evitar confusão de cabos nos postes de iluminação é responsabilidade das concessionárias de energia, que podem ser denunciadas.

dade do serviço prestado pelas distribuidoras, além de causar insegurança.

Para Kirchner, é importante que as prefeituras façam valer a sua prerrogativa de responsáveis constitucionais pelo solo urbano e cobrem das concessionárias as providências cabíveis. “À agência, cabe a atribuição de fiscalizar, mas ela precisa ser provocada para tal”, enfatiza.

Tecnologia

A Aneel afirma que algumas técnicas atuais possibilitam uma disposição mais eficiente dos cabos de energia elétrica, como as chamadas redes compactas. “A utilização de rede subterrânea em alternativa à aérea permite, em geral, uma maior proteção dos cabos, que pode refletir em menos interrupções, por exemplo”, explica Lamin.

Kirchner salienta ser preciso que a evolução tecnológica, que permite o uso de cabos mais delgados por onde podem passar vários fios diferentes, chegue às ruas. “Na prática, vemos o contrário e convivemos com a involução.”



Beatriz Arruda

Poste superlotado de cabos e fios em São Paulo.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguilar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspj@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO EM PAUTA NO ISITEC

Rosângela Ribeiro Gil e Soraya Misleh

ESSE FOI O TEMA central da segunda edição do “Junho da Inovação”. Organizado pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), contou com quatro palestras ministradas nos dias 20 e 27 desse mês. Educação, desenvolvimento sustentável e desafios e oportunidades para a inovação em energia, água e tecnologia de informação foram abordados durante as atividades. Os diretores geral e acadêmico do Isitec, Antônio Octaviano e José Marques Póvoa, destacaram a centralidade do homem nesses processos.

Na iniciativa inaugural, o professor Francisco Borba, da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), discorreu sobre a questão. Ele apresentou as várias vertentes do processo educativo para a inovação, cujas premissas envolvem a intuição, a curiosidade, a liberdade em relação a esquemas pré-concebidos e a capacidade de fazer novas associações de ideias para solucionar os problemas.

Já o engenheiro sênior do Departamento de Tecnologia e Gestão da Inovação da Siemens, Gustavo Zanini, deu um exemplo de estruturação da inovação na companhia em que trabalha, que conta com 400 mil funcionários no mundo, dos quais 17 mil engenheiros de *software*. Conforme ele afirmou, começa com a seleção e a admissão, que se dão na perspectiva da criatividade, da vontade e inovação demonstradas pelo profissional. Zanini disse que a Siemens – que mantém 10 mil empregados e 13 fábricas em território nacional e atua em automação industrial, energia, saúde e infraestrutura inteligente – está antenada com o que ocorre na sociedade e com as políticas públicas, para o desenvolvimento de produtos e processos. Nesse sentido, conta com o estudo “Rio 2030-40” dentro da lógica da cidade inteligente e ágil.

Saneamento e lixo eletrônico

Esses dois temas fundamentais vieram à tona no dia 27. O gerente do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Américo Oliveira Sampaio, apresentou a experiência da empresa em pesquisa, de-

envolvimento e inovação, bem como a importância dessa ação no segmento de saneamento. Segundo ele, o setor é diferenciado de outros. “A maioria das empresas e instituições é pública, as privadas não são mais de 6% em água e esgoto. Além disso, tem economia de escala e investimento intensivo. Há ainda baixa colaboração da cadeia do setor no desenvolvimento tecnológico e inovação.” Outra característica é que grande parte dessa última, de acordo com o gerente da Sabesp, vem por meio de fornecedores. Sua superintendência, como afirmou ele, quer atrair jovens “para que tenham contato com as áreas operacionais, conheçam suas demandas e produzam tecnologias”. Atualmente, são 23 engenheiros em três departamentos voltados ao tema. Os recursos para P, D & I têm se ampliado significativamente nos últimos anos. “Em 2010, foram R\$ 3,8 milhões; hoje são R\$ 6,3 milhões.” Volume que deve ser incrementado substancialmente com a obtenção de recursos do programa “Inova Brasil”, da Agência Brasileira da Inovação (Finep). Entre as áreas prioritárias identificadas pela Sabesp, como ressaltou Sampaio, novas tecnologias para implantação, operação e melhorias de processos operacionais unitários; monitoramento da qualidade da água; eficiência energética; e economia do saneamento – as duas últimas integrantes do plano estratégico da companhia. Ao encontro desses eixos, o palestrante citou projetos inovativos propostos, como um sistema de coleta a vácuo e afastamento de esgotos, um secador de

lodo de estações de tratamento de esgotos (ETEs) e um protótipo de biofiltro para controle de odores na ETE de São Miguel Paulista (em fase de patenteamento).

Outro tema crucial à sustentabilidade, a disposição, coleta e reciclagem de lixo eletrônico foi apresentada por Tereza Cristina Melo de Brito Carvalho, do Laboratório de Sustentabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Ela enfatizou o modelo de tecnologia da informação (TI) verde, em que os equipamentos não conteriam metais pesados como chumbo e mercúrio. E se debruçou sobre o exemplo do Centro de Descarte e Reúso dos Resíduos de Informática (Cedir/USP). Concebido em 17 de dezembro de 2009 e aberto à pessoa física em 2010, hoje recebe mensalmente em média, segundo a professora, dez toneladas de equipamentos, sendo 34% monitores. A parte que pode ser reutilizável é destinada a projetos sociais e parte é desmontada e os componentes separados para envio a cooperativas de catadores – os quais recebem treinamento do Cedir – e reciclagem. A proposta do centro, enfatizou Carvalho, tem se expandido para diversos municípios e é ideia da reitoria da USP “criar pontos de coleta pelo menos nos locais em que a universidade está presente”. O que vai ao encontro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010.

Experiências de grandes empresas, desafios e oportunidades com o desenvolvimento tecnológico em áreas fundamentais foram abordados em eventos no mês de junho.



Inaugurando as palestras, Borba fala sobre vertentes do processo educativo voltado à inovação.



ATUAR COMO ENGENHEIRO *sem sair de casa*

Soraya Misleh

O QUE PODERIA parecer impossível há poucas décadas, com as tecnologias de informação e comunicação tem se configurado como parte da realidade no mundo do trabalho. O exercício da engenharia não necessariamente tem sido feito no local da obra ou num escritório de projetos, por exemplo, mas na própria casa. É o chamado *home office* ou teletrabalho.

Estudos sobre efeitos do home office ainda são poucos. Ganhos de tempo e produtividade são apontados, mas também jornadas extensas e isolamento social.

Segundo Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, ainda há carência de estudos sobre as consequências dessa mudança. “Tem efeitos até que positivos, negativos talvez, que não são reconhecidos. Mas, de toda maneira, tem a possibilidade da organização, administração do tempo de maneira que interessa mais ao próprio trabalhador, embora não saibamos os reflexos na jornada. As pesquisas existentes em geral apontam, com novo sistema de remuneração ou metas, para jornadas muito maiores do que aquelas exercidas em lugares específicos.” Além disso, Pochmann adverte que não se sabe ainda os efeitos do *home office* na construção da sociabilidade. “Quando se sai do escritório, tem-se o tempo livre. Quando as coisas se misturam, não se sabe muito bem avaliar o impacto negativo ou positivo.”

Por outro lado, para ele, esse novo cenário reforçaria a concepção de “cidades enxutas”, com toda gama de serviços próxima do local de moradia, indicando solução para o esgotamento do modelo urbano atual.

Entre maio e outubro de 2011, o Centro de Estudos de Teletrabalho e Alternativas de Trabalho Flexível (Cetel) da Business School São Paulo (BSP) realizou pesquisa junto a 236

empresas de diversos segmentos e tamanhos sobre o tema. Foram 150 respostas, metade de profissionais que atuam nessa modalidade. Segundo o estudo, entre as companhias que adotam o modelo, 52% defendem sua expansão. Já entre os “trabalhadores remotos, um total de 77% tem consciência de que o trabalho a distância contribui para a redução da poluição, 61% acredita que ajuda na qualidade de vida das pessoas, além de 46% crer ser uma forma de trabalho sustentável”. Também teriam sido apontadas como positivas por eles “questões de grande interesse para as empresas, como redução do absenteísmo, com 32%; redução da supervisão presencial, 25%; retenção de talentos, 24%; dedicação do profissional, 24%; inclusão social, 24%; e aumento da produtividade, 22%”. De acordo com a BSP, por outro lado, 19% consideram que esse tipo de trabalho dificulta o controle do funcionário, 13%, que limita a vida social e 11%, que marginaliza o empregado. Alvaro Mello, coordenador do Cetel, acrescenta entre as vantagens a diminuição da necessidade de deslocamentos diários, o que “evita perda de tempo”. Às companhias, um dos benefícios seria na redução dos custos com espaço físico. Sem enxergar qualquer desvantagem com o teletrabalho, ele afirma que são necessárias “precauções” com a implantação. “É preciso treinar bem a mão de obra e verificar se o ambiente é adequado ao trabalho, desde a questão da iluminação e ruídos até equipamentos e móveis. A empresa deve se preocupar com o isolamento social, o ideal não é ficar todos os dias em casa. Tem que se avaliar também o perfil do indivíduo, tem pessoas que não se adaptam”, explica.

A voz dos profissionais

Entre os que atuam em casa, o engenheiro eletrônico Marcelo Mauro é um defensor da modalidade. Gerente da área de soluções da British Telecom Brasil, ele trabalha em regime de teletrabalho desde 2009. “Minha equipe tem cinco engenheiros e conseguimos trabalhar com a mesma funcionalidade. O método é de times virtuais. Cada um é autogerenciável, tem que cumprir prazos e metas.” A reclamação de alguns seria o isola-

mento, por isso o acordo é de estar presencialmente uma a duas vezes por semana no escritório. E ressalta a necessidade de se respeitar o perfil de cada um. “Alguns não conseguem (*trabalhar dessa forma*).” Pessoalmente, Mauro enfatiza o ganho de tempo, sem a necessidade de deslocamento. “Às 8h30 já estou em frente ao computador e termino o expediente às 18h. Consigo, na hora do almoço, buscar meus filhos na escola.” Além disso, assegura que consegue render muito mais. Ele salienta que a empresa manteve todos os benefícios, como vale-refeição, e paga banda larga e estacionamento avulso.

Redatora técnica, Sarah Maria de Siqueira trabalhou em casa, para a IBM, entre 2008 e abril de 2013. “No meu caso, deu muito certo, não tinha que passar duas, três horas no trânsito e programava meus dias de acordo com o que precisava fazer. Aumentou minha produtividade.”

O engenheiro Olímpio de Melo Álvares Junior também defende o regime de *home office*. “Quando preciso me concentrar, entro num acordo para trabalhar em casa. Produzo muito mais”, ressalta. Funcionário da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), ele lembra que o tema está em discussão na Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo para implantação de teletrabalho na companhia. Diretor do SEESP, Jorge Joel de Faria Souza ressalta que relatório sobre o assunto está sendo finalizado. O secretário Bruno Covas explicita: “Criamos um grupo de trabalho para buscar formas de fomentar estratégias de gestão de mobilidade via teletrabalho e teleatividades no Estado. A ideia está de acordo com as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas e com a necessidade de alternativas estratégicas aos problemas de mobilidade e poluição previstas no Plano de Controle de Poluição Veicular. As vantagens com relação à economia, à qualidade de vida proporcionada aos teletrabalhadores, à colaboração com a mobilidade urbana, com a redução da poluição e com a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho estão sendo estudadas.”



Arquivo pessoal

Marcelo Mauro: maior rendimento e menos deslocamentos.

Novidades

Estude um idioma em Sorocaba

Cursos de alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português para estrangeiros podem ser feitos pelos associados e seus dependentes na escola Wizard Centro. Dispõe de laboratório, salas de aula, biblioteca, espaço de entretenimento com internet, músicas e videoteca. Fica na Rua Doutor Nogueira Martins, 324, no Centro. Mais informações pelos telefones (15) 3211-4036, 3031-4037, *e-mail* wizardcentrocomercial@yahoo.com.br e no *site* www.wizard.com.br. Descontos de 15% a 20%.

Aulas de pilates na Vila Mariana

Com desconto de 40%, o associado e seus dependentes poderão fazer esse tipo de exercício duas vezes por semana no Stúdio NG Pilates. Fica na Rua Domingos de Moraes, 770, bloco 3, sala 4, Vila Mariana, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3867-1427, *e-mail* eduardo591@ig.com.br e no *site* www.ngpilates.com.br.

Produtos de iluminação no Sacomã

Luminárias, reatores e lâmpadas podem ser adquiridas na Ames Iluminação, na Rua Epiacaba, 520, sala 1, na Capital. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas. Mais informações pelos telefones (11) 2835-7421, 3422-8882, *e-mail* ames@amesiluminacao.com.br e no *site* www.amesiluminacao.com.br. Desconto de 5%.

Plástica em São Bernardo do Campo

O cirurgião Sidney Zanasi Júnior coloca à disposição dos engenheiros associados seus serviços médicos especializados em cirurgia plástica e reparadora. O consultório localiza-se na Rua Londrina, 470, conjunto 22, Edifício Plenum, em Rudge Ramos. Mais informações pelos telefones (11) 4317-7000/3000, *e-mail* contato@plasticazanasi.com.br e no *site* www.plasticazanasi.com.br. Descontos de 50% (nas consultas) e 20% (nos procedimentos cirúrgicos) sobre os preços de tabela particular.

Pousada na Ilha Bela

Hospedagem com café da manhã, serviços de quarto, wi-fi e estacionamento na Pousada Villa da Prainha. Está localizada a três minutos da praia, na Avenida Riachuelo, 5.457, Praia do Julião. Informações pelo telefone (12) 3894-9449, *e-mail* info@villadaprainha.com.br e no *site* www.villadaprainha.com.br. Desconto de 10%.

Espaço terapêutico

Crianças, adolescentes e adultos são atendidos pela psicóloga Raquele Aparecida da Costa Vilalta, na Plural Espaço Terapêutico. Rua Professor Mário Bordini, 471, Jardim Ana Emília, em Taubaté (SP). Mais informações pelos telefones (12) 8126-7518, 8232-2162 e *e-mail* raquele.vilalta@yahoo.com.br. Desconto de 30%.

Terapias contra dores

Seiiti Arata oferece seus serviços de terapia corporal para dores em geral, quiropraxia, shiatsu, reflexologia e acupressão. O atendimento ocorre na Rua Guatapara, 225, Jabaquara, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 5017-3804 e *e-mail* searata@gmail.com. Desconto de 20%.

Convênios

Psicologia

- Maria Adelina França – atende crianças, adolescentes e casais. Rua Napoleão de Barros, 299, Vila Mariana, na Capital. Informações pelo *e-mail* adelina-franca@uol.com.br. Descontos especiais.
- Ana Maria D'Alessandro – terapia individual, casal e família; orientação, aconselhamento e mediação. Rua Maranhão, 584, conjunto 42, Higienópolis, na Capital. Informações pelos telefones (11) 3666-7353, 98431-8489 e *e-mail* consultorianadalessandro@gmail.com. Desconto de 30%.



Odontologia em Ribeirão Preto

Serviços de clínica geral, endodontia (tratamento de canal), estética, prótese dentária, ortodontia, restaurações, limpeza, implante e outros são realizados pela cirurgiã Marizol Maxima Poquechoque Rivera. O consultório fica na Rua Visconde de Inhaúma, 490, Edifício Padre Euclides, 4º andar, conjunto 405, Centro. Mais informações pelos telefones (16) 3043-6033, 3421-6033, 9325-7244 e *e-mail* marizolpoquechoque@hotmail.com. Descontos de 25% a 70%.

Parques de diversões

- Hopi Hari – Passaporte para criança e adulto, R\$ 66,00 até o próximo dia 4 de agosto, www.hopihari.com.br.
- Mundo da Xuxa – Um ingresso custa R\$ R\$ 55,00; quatro, R\$ 180,00, até 1º de dezembro, www.omundodaxuxa.com.br.
- Wet'n Wild – Ingresso com preço único de R\$ 49,90; criança até 12 anos no mês de julho só paga R\$ 10,00, este último disponível apenas na bilheteria, www.wetnwild.com.br.

Os ingressos estão à disposição no Departamento de Benefícios do SEESP, em horário comercial. Informações pelo telefone (11) 3113-2664.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br



Engenheiros da CPTM conquistam aumento salarial

Após intensas tratativas entre o SEESP e a companhia, essa última enfim reconheceu o pleito e honrou o compromisso assumido com o sindicato, reabrindo as discussões, conseguindo junto aos órgãos governamentais a ampliação do aumento real/produzitividade de 2013, de 1% para 2,5%. Com

isso, o reajuste salarial passa a ser de 5,91% (IPC-Fipe na data-base de 1.º de março mais 2,5% de produtividade), perfazendo um aumento total de 8,56%, ao invés de 6,97%. A nova proposta foi ratificada no dia 10 de junho pela CPTM em audiência no Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região.

Encerrada campanha na CDHU



Beatriz Arruda

Proposta aprovada foi apresentada em reunião com SEESP.

Os engenheiros que trabalham na empresa, com data-base em 1.º de maio, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 26 de junho último, aprovaram a contraproposta apresentada pela CDHU na quarta e última reunião de negociação, em 21 do

mesmo mês. Destacam-se: reajuste salarial de 8% (correspondente ao IPC-Fipe mais 2,5% de aumento real), extensível aos benefícios de auxílio-funeral, vale-alimentação, auxílio-creche e seguro de vida e reajuste de 12,24% sobre o vale-refeição.

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

**(11) 99173-0651
(11) 3284-9880**



Diretor do SEESP assume vice-presidência da Cipa Embraer

Em 28 de maio último, o engenheiro Edmilson Saes foi empossado para o cargo. Diretor da Delegacia Sindical do SEESP em São José dos Campos, na ocasião, ele agradeceu a confiança e reiterou o compromisso de atuar pela melhoria do ambiente de trabalho. Saes foi escolhido por unanimidade em votação secreta com a participação dos empregados titulares eleitos para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da Embraer pelos trabalhadores. Esses – 12 no total, além de nove suplentes – foram vitoriosos no pleito que ocorreu entre 22 e 24 de abril. O mandato vai até 2014.

Isitec sediará encontro ambiental

Promovido pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), o VI Encontro Ambiental de São Paulo (EcoSP) ocorrerá em 11 e 12 de novembro próximo, na sede do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), na Rua Martiniano de Carvalho, 170, Bela Vista, São Paulo/SP. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2616 e (12) 3633-5411/7371, e-mail ecovaletaubate@vivax.com.br e no site www.ecosp.org.br.



Desafios da mobilidade em pauta

Promovida pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp), a 19ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, que será realizada no período de 10 a 13 de setembro de 2013, no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo, terá como tema central “Os desafios da mobilidade sustentável”. Durante o congresso, autoridades, técnicos das operadoras, indústria e profissionais do setor de transporte debaterão questões importantes relacionadas à mobilidade urbana nas grandes e médias cidades e a adoção de propostas de soluções sustentáveis, sob os pontos de vista técnico, econômico, social e ambiental.

Paralelamente ao congresso, acontecerá a Metroferr, que nesta edição terá uma área maior para



Divulgação

que os expositores divulguem suas marcas e mostrem o que há de mais moderno em termos de produtos e serviços para atender o mercado metroferroviário. As inscrições para o evento técnico já estão abertas e podem ser feitas no site www.aeamesp.org.br. Mais informações pelo telefone (11) 2387-0111.

Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho. Além disso, conta com o Programa Engenheiro Completo, através do qual coloca à disposição da categoria treinamentos diversos.

Oportunidades

Outro serviço é o cadastramento de currículos e vagas para auxiliar na colocação no mercado de trabalho. Para se candidatar, acesse www.seesp.org.br, *link* Cursos e Oportunidades – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

Coletivo de Mulheres da CNTU se reúne em julho

No próximo dia 12, das 9h às 11h, na sede do SEESP na Capital (Rua Genebra, 25, 2º andar, Bela Vista), será realizada a primeira reunião do Coletivo de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), criado em 8 de março último, para definir

seus objetivos e programa de ação. A pretensão é discutir a questão da igualdade de gênero. Para confirmar participação, o telefone é (11) 3113-2634 (de segunda a sexta-feira, das 14 às 19h) e e-mail, conselho@cntu.org.br. Estacionamento gratuito na Rua Santo Amaro, 61, ao lado do local da reunião.